

**CNTSS/CUT**  
**parabeniza o Conselho**  
**Nacional de Saúde**  
**e o Ministério da Saúde**  
**pela realização da**

# 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

*Confederação destaca a relevância do tema desta edição – “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia” – e reafirma a importância de consolidar o SUS como política de Estado, a necessidade de mais financiamento e a criação da Carreira Única de Estado para os profissionais do Sistema*

**A** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT), representante dos trabalhadores e trabalhadoras dos setores público e privado das áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social, saúda com grande satisfação e entusiasmo a realização desta 17ª Conferência Nacional de Saúde promovida pelo Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde, cujo tema “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia” expressa a magnitude do desafio assumido.

Criada em 1995 organicamente à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e possuindo dirigentes nas suas estruturas Nacional e Estaduais, a CNTSS/CUT é resultante das lutas históricas estabelecidas pelos trabalhadores para consolidação das políticas de Seguridade Social – Saúde, Previdência e Assistência Social – desde antes do processo da Constituição Federal Cidadã de 1988 e tem por referência os princípios constitutivos da Central a que pertence: ser combativa, classista, democrática e de massas.

A CNTSS/CUT tem na sua trajetória a defesa intransigente da Seguridade Social, de seus trabalhadores, das políticas públicas desta área, dos mecanismos de Controle Social, da soberania nacional, do Estado de Bem-Estar Social e do Estado Democrático de Direito.



## Seguridade Social: direito e cidadania

A Carta Magna de 1988 sintetiza o embate emancipatório travado pelos segmentos sociais progressistas e no seu Artigo nº 194, da Seguridade Social, estabelece um novo capítulo na história dos direitos: *“A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social”*. Avança também com seu Artigo nº 195: *“A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios(....)”*

Os parâmetros estabelecidos na Constituição Federal de 1988 apontam para um diálogo necessário e virtuoso entre as três áreas que compõem a Seguridade Social e que potencializam os resultados de suas ações por conta da complementariedade e matricialidade de seus objetivos e políticas. Com mais de três décadas de existência, o Sistema Único de Saúde (SUS) tornou-se o maior sistema público de Saúde no mundo. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) oferta boa parte dos serviços e benefícios de proteção social e possui uma rede nacional estruturada capaz de dar conta da demanda. Porém, assim como o SUS, sofre pelos efeitos nefastos do desfinanciamento.

O outro eixo do chamado “tripé” da Seguridade Social é a Previdência Social. Constituída como um sistema solidário, ou seja, uma geração contribui para que a outra geração usufrua, permitindo que a estrutura se sustente e se mantenha. A Constituição Federal atribui papéis à Previdência Social que vão além da concessão de aposentadoria. É uma rede de proteção aos cidadãos que vai desde o nascimento até a saída do mercado de trabalho.

A Seguridade Social foi uma das áreas mais afetadas pelos governos pós-golpe de 2016, com forte influência sobre as categorias profissionais que atuam em suas estruturas e as respectivas políticas públicas que as constituem. Em um

país em que imperam a concentração de renda e um sistema de tributação injusto que seguem afetando principalmente as camadas mais desfavorecidas economicamente, a Seguridade Social é um mecanismo necessário para combater e diminuir as desigualdades.

Mesmo com os fortes ataques sofridos neste período recente aqui mencionado, principalmente por conta da política de austeridade fiscal que levou ao desfinanciamento do setor, a Seguridade Social reafirmou sua relevância como política pública de direito. É fundamental comprometer os governos com mais investimentos para políticas e programas sociais desenvolvidos em cada uma de suas áreas de atuação. É urgente a recuperação do papel do Estado como agente cumpridor da Constituição e indutor, defensor e provedor dos direitos universais dos cidadãos e cidadãs.

## Defesa de uma Conferência Nacional do Sistema de Seguridade Social

Estrategicamente a CNTSS/CUT procura integrar sua ação sindical com a participação, por parte de seus dirigentes, nos espaços de Controle Social, como o próprio Conselho Nacional de Saúde, demais Conselhos Federais e Estaduais de Seguridade Social, Fóruns e espaços de negociação, como comissões, grupos de trabalho e mesas setoriais. No âmbito das relações internacionais, estabelece parcerias com importantes entidades do espectro sindical: Internacional do Serviço Público (ISP), UniGlobal – Sindicato Global; Fundação Friedrich Ebert (ES) e Sindicato Internacional de Prestadores de Serviço (SEIU).

A CNTSS/CUT vem defendendo de forma pioneira nos espaços de luta e de participação no Controle Social a necessidade premente de realização de uma Conferência Nacional do Sistema de Seguridade Social. Um momento de unidade para construção de uma sinergia capaz de unificar ainda mais as políticas das áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social e permitir a configuração de um sistema eficaz de

financiamento capaz de tornar possível operacionalizar e avançar em seus programas e ações, consolidando-os como políticas públicas de Estado em conformidade ao preconizado na Constituição Federal de 1988.

## Alguns desafios da 17ª Conferência Nacional de Saúde

Neste momento em que o país, suas instituições e segmentos sociais progressistas buscam restabelecer os princípios humanistas, democráticos e civilizatórios tão necessários para o desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento da Democracia, do Estado de Bem-Estar Social e do Estado Democrático de Direito, os trabalhadores, suas entidades, os campos acadêmico e científico e representantes dos setores público e privado da saúde se debruçam nesta 17ª Conferência Nacional de Saúde sobre os desafios de fortalecer o SUS, valorizar seus profissionais, priorizar o legado científico, ampliar o Controle Social e estabelecer avanços qualitativos estruturantes ao Sistema.

Tem sido permanente a presença da Confederação no espaço do Conselho Nacional de Saúde visando a defesa do SUS como um Sistema integrado de promoção, prevenção e assistência em saúde e, conseqüentemente, indutor da inclusão social, assim como mantém seu compromisso pela valorização de seus profissionais e pela qualidade do atendimento prestado à população.

Se a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, pôde ser considerada o marco geracional para a construção do SUS, nesta 17ª Edição, que ocorre depois do desmonte que presenciamos nestes anos de ultraneoliberalismo pós-golpe de 2016, nos deparamos agora com a premência de garantir um salto qualitativo para um novo patamar capaz de assegurar ao SUS sua inequívoca hierarquização como política pública de Estado, com financiamento e infraestruturas técnicas e de recursos humanos próprios.

## Momento de avançar

A CNTSS/CUT e suas entidades compreendem que o debate e as deliberações tiradas nesta 17ª Conferência Nacional de Saúde devem trazer respostas eficazes aos dilemas que comprometem o fortalecimento do SUS. É o momento, reiteramos, de estabelecer o financiamento do Sistema como prioridade absoluta. Em igual grau de priorização estão a valorização dos trabalhadores, a consolidação do Controle Social, os investimentos em produção científica e tecnológica e a estruturação do setor industrial nacional voltado a esta área.

É imperioso combater a terceirização e todas as demais formas de subcontratação que desvalorizam os profissionais, precarizam o Sistema e comprometem o atendimento prestado. As crises humanitárias e sanitárias causadas pela pandemia do Covid-19 demonstraram o quanto são imprescindíveis o SUS e seus profissionais. Paradoxalmente também ficaram expostos os efeitos do desmonte impetrado ao Sistema, que causaram-lhe vulnerabilidade e, de forma trágica, a morte de profissionais. Não é mais aceitável que os interesses do capital se sobreponham à vida humana.

São muitos os desafios, mas é certo que todos e todas presentes a esta 17ª Conferência Nacional de Saúde estão comprometidos com o SUS, com a Democracia, com o país e sua população. Ao final destes dias de trabalho, certamente teremos avançado naquilo que é a proposta desta 17ª Conferência: “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia”. Bom trabalho a todas e todos.

**Confederação Nacional dos Trabalhadores  
em Seguridade Social  
(CNTSS/CUT)  
Brasília, julho de 2023**

GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA

**AMANHÃ  
VAI SER  
OUTRO DIA!**

**SUS**

**17ª CONFERÊNCIA  
NACIONAL DE SAÚDE**

Vamos construir juntas  
a 17ª Conferência  
Nacional de Saúde,  
que será realizada em 2023



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS TRABALHADORES EM  
SEGURIDADE SOCIAL**  
**CUT**



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS TRABALHADORES EM  
SEGURIDADE SOCIAL**

**CUT**

 [www.cntsscut.org.br](http://www.cntsscut.org.br)

 @cntsscut

 @cntsscut

 @cntsscut

Rua Caetano Pinto, 575 – Brás  
São Paulo – SP – CEP: 03041-000  
Telefone: (11) 2108-9156